

Calmon diz que emenda é cumprida

Para senador, Educação recebe total correto de verbas

O senador João Calmon (PMDB-ES) disse ontem que são incorretas as informações prestadas pela presidente do Conselho Nacional de Secretários da Educação, Silke Weber, à CPI da Câmara que apura as aplicações feitas pela União no setor de Educação, conforme determina a emenda Calmon. Com base em cálculos elaborados pela Secretaria da Educação de seu estado — Pernambuco — Silke disse que a União não estaria aplicando este ano na Educação os 13 por cento a que está obrigada, se considerados os dados no orçamento já aprovado pelo Congresso. Mas Calmon acha que ela está “enganada” e que a União cumpriu “rigorosamente” suas obrigações.

O senador João Calmon, autor da emenda constitucional que leva o seu nome e agora é objeto de averiguação da CPI da Câmara, apresenta três enganos cometidos por Silke Weber. Primeiro, ele diz que foi apresentada como receita de impostos quantia superior até mesmo às receitas correntes da União. Segundo ele, os 13 por cento a serem aplicados são com base na receita resultante de impostos e não no total do orçamento da União, como foi considerado pela secretaria da Educação de Pernambuco.

O senador informou que o total de recursos provenientes de receita de impostos para este ano será de Cz\$ 1.729 trilhão. Desse total, segundo ele, devem ser ainda descontados Cz\$ 641,13 bilhões, que correspondem às transferências obrigatórias da União para os estados e municípios, resultando uma receita líquida de Cz\$ 1.088 trilhão — total sobre o qual devem ser considerados os 13 por cento fixados pela emenda Calmon. Assim, Calmon informa que a União deve aplicar, em 88, Cz\$ 178,1 bilhões em “manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Essas despesas, esclarece ele, não são realizadas só pelo Ministério da Edu-

cação, mas também por outros ministérios, nos termos da Lei nº 7.348/85. Baseado no projeto de lei nº 1, de 1987, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1988, Calmon informa que o Ministério da Agricultura vai aplicar Cz\$ 442,8 milhões no ensino de primeiro, segundo e terceiro graus; o Ministério da Aeronáutica, Cz\$ 375,1 milhões; Ministério do Exército, Cz\$ 1,1 bilhão; Ministério da Fazenda, Cz\$ 256.042 milhões; e Ministério da Saúde, Cz\$ 292.823 milhões.

Pela legislação, são também consideradas como despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino “todas as que se façam, dentro ou fora das instituições de ensino, com vistas ao disposto neste artigo, desde que as atividades correspondentes estejam abrangidas na legislação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional” ou ainda que “assumam a forma de atividade-méio de estabelecimento de normas, gestão, supervisão, controle, fiscalização e outras necessárias ao regular funcionamento dos sistemas de ensino”; ou decorram da “manutenção de pessoal inativo, estatutário, originário das instituições de ensino, em razão de aposentadoria”.



Senador João Calmon